

«Frei Francisco Brandão [1601-1680] – da poligrafia da História ao contributo para o arranque do periodismo em Portugal no século XVII»^(*)

«In hoc signo vinces»

[«Por este sinal vencerás».

Locução latina utilizada na nova moedagem
introduzida ao tempo de D. João IV].

§ I – O movimento da Restauração, as *Gazetas* e o contributo de Frei Francisco Brandão

Após o audacioso enlace da madrugada do dia 1 de Dezembro de 1640, o reino de Portugal vê-se a braços com a hercúlea tarefa de reerguer um país em decadência e de reocupar um extenso e abandonado império ultramarino espoliado ao fim de 60 anos de ocupação espanhola. Para se impor e se libertar do jugo estrangeiro, as forças portuguesas tiveram de enfrentar uma guerra sem quartel contra todas as potências europeias da época e planear e sustentar uma luta reintegracionista a uma escala, primeiramente europeia e continental e depois a uma escala mundial, em todas as nossas possessões ultramarinas.

O movimento da Restauração⁽¹⁾ foi acompanhado paralelamente por toda uma abundante literatura de *justificação*, de tratados de teor panegírico e outros discursos e panfletos, simultaneamente doutrinários e políticos, mas todos eles dotados de um peculiar pendor nacionalista/legitimador da nova dinastia [a da Casa Ducal de Bragança], como se poderá ver nitidamente nos domínios da politologia, da historiografia e da incipiente imprensa periódica.

^(*) Mestre e doutorando em História da Idade Média pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Bolseiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

⁽¹⁾ “Este tema [a Restauração] tem sido objecto de longas e variadas reflexões na historiografia portuguesa, um pouco ao sabor das ideologias e interesses políticos das diversas épocas históricas. A memória que o senso comum ainda hoje dele guarda é a de um momento épico da memória nacional.” Cf. «O significado da <Restauração>», por Mafalda Soares da Cunha, in *Memória de Portugal. O Milénio Português*, sob a direcção de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, 1.^a edição, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001, p. 354.

A denominada *Guerra da Restauração*, o conflito que opôs os reinos de Portugal e Espanha entre 1640 e 1668, após o fim do domínio filipino, foi desencadeada, pois, ao início do reinado de D. João IV e apenas concluída no reinado de D. Afonso VI. Foram lutas encarniçadas em quatro continentes, especialmente duras na campanha brasileira contra as pretensões holandesas no território, arrastando-se as operações militares de forma irregular ao longo de quase três décadas, tendo obrigado Portugal a um enorme esforço militar e financeiro para as sustentar. As campanhas militares foram acompanhadas de acções diplomáticas com vista ao reconhecimento internacional da nova dinastia.⁽²⁾ A partir de 1662 ocorreram grandes ofensivas espanholas, todas sustidas pelas forças portuguesas que, a partir da batalha de Montes Claros [1665], garantiram a vitória final e a manutenção da independência nacional. Será, portanto, na difícil conjuntura política e social que foi a Restauração portuguesa que irão nascer e ser impulsionadas todo o conjunto das primeiras publicações periódicas em Portugal que, ainda na presente actualidade, se revelam parte de um amplo movimento social e cultural ainda algo difícil de avaliar com linearidade. Não por falta de estudos histórico-bibliográficos que se proponham a explicitar e apontar toda essa conjuntura histórica, mas porque, de modo geral, foram muitos os factores de vária ordem que proporcionaram esse fugaz fomento ao periodismo português e, que evidentemente, não se podem reunir e compreender neste apontamento, pois que não é esse o seu propósito.⁽³⁾

⁽²⁾ Denote-se algumas das condicionantes políticas a que D. João IV teve de obedecer para fazer prevalecer a Restauração no plano diplomático e militar do complexo *xadrez* das potências europeias: “Embaixadores plenipotenciários foram enviados a França, Inglaterra, Holanda e Suécia, não só para obterem o reconhecimento da nova dinastia como também para negociarem alianças militares contra Filipe IV. A Inglaterra e a Suécia, a quem então pouco interessavam os negócios de Portugal, limitaram-se a reconhecer protocolarmente o novo rei, o que em nada influía na sorte das armas. De sorte que apenas a França, por interesse próprio da sua política anti-espanhola, correspondeu cabalmente aos interesses e desejos de Portugal.” Vd. SELVAGEM, Carlos [pseudónimo de Carlos Tavares Afonso dos Santos] – *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1999, p. 388.

⁽³⁾ “O jornalismo, entre nós, nasceu ostensivamente noticioso – para dar *novas*, segundo inculcavam os postos das colecções da *Gazeta* e do *Mercúrio* seiscentistas – mas intencionalmente político, isto é, dando às informações – *felix culpa!* – orientação propositadamente favorável aos restauradores da pátria. A primeira *Gazeta* de 1641, pela propaganda, nem sempre, ao que se afigura, despida de exageros, das vitórias de D. João IV, ajudou a consolidar o feito glorioso deste monarca e dos seus partidários. Nos dois reinados subsequentes, porém, em que a conveniência de tais serviços e préstimos continuaria a fazer-se sentir, mas em que no público ainda se não radicara o hábito de ler periódicos, estes não progrediram em número, nem em prestígio. Apareceu apenas um de novo, em cada um dos reinados de D. Afonso VI e D. Pedro II, e, desses, somente digno de nota o *Mercurio Portuguez* [1663-1667], de António de Sousa de Macedo.” CUNHA, Alfredo da –

Comummente é usual referir-se que a imprensa portuguesa, intimamente interrelacionada com a *praxis* periodicista/jornalística, nasceu das convulsões sociais, políticas e militares relacionadas com os movimentos propulsionados pela Restauração de 1640, revelando, desde cedo, o seu imenso poder de intervenção social e política.⁽⁴⁾ Estas características particulares, aliadas à do objectivo eminentemente informativo, só se reúnem pela primeira vez nas chamadas *Gazetas da Restauração*, a primeira das quais tem o título, longo como todos os que presenciavam os opúsculos desses tempos, de *Gazeta em Que Se Relatam as Novas Todas Que Houve Nesta Corte e Que Vieram de Várias Partes no Mês de Novembro de 1641*, podendo ser conhecidas por *Gazetas da Restauração*, ou, simplesmente, por *Gazetas*.

Veja-se a transcrição, *ipsis verbis*, da primeira notícia a figurar na *Gazeta...* e que dá conta dos combates ao largo de Dunquerque entre as esquadras espanhola e holandesa:

“Peleiou a armada de Olanda com huma esquadra da armada Real de Castella, em que vinhão muitas fragatas de Duquerque: durou a pendência mais de vinte, & quatro oras; foyse a pique hum galeão dos Castelhanos, & ficaraõ alguns destroçados, & todos com muita gente morta. O Olandez com algum dano se retirou a este porto, donde esta aguardando aque elRey nosso Senhor lhe de socorro para sair outra vez a atemorizar os portos de Andaluzia.”⁽⁵⁾

À luz dos dados históricos e bibliográficos disponíveis pode-se apontar hoje a publicação europeia que mais influenciou o impulso régio às primeiras *Gazetas...*: a *Gazette de France*, fundada por Théophraste Renaudot sob o patrocínio do cardeal Richelieu, ministro

Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa [1641-1821], Academia das Ciências, Lisboa, 1941, pp. 15-16.

⁽⁴⁾ Assinale-se uma súmula de todos os factores proporcionadores à divulgação da imprensa periódica portuguesa, logo após este importante movimento político-social: “De uma maneira geral, pode dizer-se que o jornalismo nasceu, em qualquer país, e também em Portugal, em virtude da confluência de três factores diversos: o progresso da tipografia, a melhoria das comunicações e das relações postais e o interesse do público pela *notícia*. [...] O ambiente era de grande tensão e vigilância. Reinantes e governantes, assistindo à proliferação do panfletarismo, não queriam deixar de utilizar a seu favor uma arma que se afigurava já de poder considerável. Por outro lado, não convinha dar público conhecimento de informações secretas sobre a nossa situação militar.” Cf. «Imprensa», por José Tengarrinha, in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. II, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1965, pp. 470-497.

⁽⁵⁾ Confira este primeiro noticial no corpo do texto a partir da edição de Novembro de 1641, presente na edição fac-similada da *Gazeta...*, publicada pela Imprensa Nacional em 1941 e 1983, ou confira a edição original na cota respeitante à *Gazeta...* [BN F. 1966 microfilme].

de Luís XIII. Tal como a *Gazette de France* [1631], a nova *Gazeta...* portuguesa identificava-se perfeitamente com a política régia brigantina, pelo que chegou a afirmar-se, embora sem fundamento, que algumas edições teriam sido redigidas pelo próprio D. João IV [tal como se disse que Luís XIII colaborara na *Gazette de France*], mas tal hipótese não tem qualquer fundamento histórico.⁽⁶⁾

Por outro lado, a irregularidade, a falta de veracidade/qualidade, assim como a incerteza da publicação das *relações* ou panfletos, tanto manuscritos como impressos, que circulavam entre nós faziam com que estas já não bastassem às necessidades imperativas do público, o qual manifestava um crescente interesse em acompanhar com familiaridade os acontecimentos políticos e militares que o reino estava a enfrentar. Daí que se tenha imposto a necessidade de se fundar um novo órgão de informação que alimentasse a alma patriótica de um povo e que servisse os objectivos propagandísticos dos agentes régios. A resposta mais eficaz e marcante a este problema foram as *Gazetas...*, o mais incisivo meio de informação dos acontecimentos que antecederam e se seguiram imediatamente à Restauração.⁽⁷⁾

A par do impulso régio dado às *Gazetas...*, não obstante, outras formas impressas ganharam uma forte importância, ainda que de uma forma clandestina, dado que há muito vinham a crescer progressivamente e a alimentar o movimento revolucionário português: era o *panfletarismo*, que em breve iria alimentar todas as revoluções ocorridas pela Europa.⁽⁸⁾

⁽⁶⁾ “Convinha levar ao conhecimento de todos os portugueses o que havia sido, na verdade, o movimento do 1.º de Dezembro e animá-los a prosseguir a luta encetada, para que não mais perdessem as vantagens alcançadas ao libertarem-se de Espanha. A iniciativa da publicação da *Gazeta* – esta sim, verdadeiramente o primeiro jornal português, na opinião de muitos autores – terá sido inspirada pelo exemplo da *Gazette de France*, patrocinada por Richelieu.” Consulte «Imprensa Periódica», in *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, vol. I, Publicações Alfa, Lisboa, 1980, pp. 327-328.

⁽⁷⁾ “Abundava em notícias vindas do estrangeiro, mas tão-pouco era escassa nos informes do Reino, o que permitia a quem estava longe do País ir conhecendo a marcha da administração pública e a vida da corte. O jornal mantinha assim a chama patriótica, tão necessária na emergência. Mas a divulgação do noticiário não servia os interesses da nossa diplomacia, além de se prestar a informações nem sempre coincidentes e que criavam rumores de opinião que afectavam a política em curso.” Vd. SERRÃO, Joaquim Veríssimo – «A imprensa periódica», in *História de Portugal. A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, vol. V, Editorial Verbo, Lisboa, 1980, pp. 170-172.

⁽⁸⁾ “Não apenas as relações, que não diminuíram com o aparecimento da *Gazeta*, mas toda uma profusa literatura de carácter panfletário, que incluía coplas, resumos, *rimances* ou romances, cartas, etc., a qual, ao mesmo tempo que manifestava animosidade para com os espanhóis, não escondia a sua desconfiança em relação à alta aristocracia. Esses meios visavam superar as limitações da comunicação pelo livro, para alcançar, de forma rápida e fácil, um mais largo público interessado nos importantes acontecimentos que o País atravessava.” Cf. TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.ª edição revista e aumentada, Editorial Caminho, Lisboa, 1989, p. 38.

É nessa ambiência social e política, acompanhada de um intenso debate de ideias e de convicções, que se regista o aparecimento do *jornalismo*, propriamente dito, em Portugal. O aspecto inovador e de maior impacto apresentado pelas *Gazetas...* foi o facto de tornarem periódica uma informação que até aí se apresentava de forma desconexa, confusa e irregular, ao sabor do rumo dos acontecimentos ou da vontade política, religiosa, económica e social, imposta ou não, aos redactores e aos impressores e sujeita às contingências da censura instituída.

As *Gazetas...* venderam-se pela primeira vez em meados do mês de Novembro de 1641, mas passados poucos meses desde o início da sua publicação, as *Gazetas...* seriam suspensas por força da Lei de 19 de Agosto de 1642, devido “em razão da pouca verdade de muitas notícias e do mau estilo de todas elas.” Seria o primeiro entrave conhecido à nascente imprensa periódica portuguesa, logo ao seu nascimento.⁽⁹⁾

A sua periodicidade, anunciada no primeiro número, promete aos leitores uma publicação mensal. Deste modo, criaram-se com estas *Gazetas...*, esperadas agora em datas previamente fixadas, os primeiros hábitos característicos dos leitores da imprensa periódica, tal como os conhecemos ainda hoje. Estas *Gazetas...* tinham ainda uma circulação muito restrita a certos círculos sociais, pois que o analfabetismo grassava em Portugal e atingia mais de 90% da população, e o seu elevado preço [de 6 réis, o que para a época seria considerável, variando o custo segundo o número de páginas], não apelava a uma compra a larga escala. Poderemos localizar os seus primeiros leitores situados entre os comerciantes, homens de negócios e outros elementos instruídos da burguesia lisboeta e alguma aristocracia esclarecida, mas todos fortemente interessados nas novas acerca da guerra com Castela.⁽¹⁰⁾

⁽⁹⁾ Esta disposição régia em torno da regulamentação da incipiente imprensa periódica portuguesa seria revista e ampliada rapidamente com a aplicação da «Lei da Confirmação», publicada logo a 9 de Janeiro de 1643, e, mais tarde, a 14 de Agosto de 1663, com um diploma recorrendo «Sobre licenças para obras que envolvessem coisas do Estado ou reputação pública». Cft. ALVES, Luís – «Inventário da Legislação sobre Imprensa [1576-1841]», in *Subsídios para a História da Imprensa em Portugal*, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1983, p. 5.

⁽¹⁰⁾ Tendo analisado profundamente as conjecturas em torno do nascimento da imprensa periódica portuguesa, Alexandre Herculano aproveita um artigo histórico acerca das *Gazetas...* para se insurgir também pela maior isenção e credibilidade dos periódicos portugueses ao seu tempo: “Existe esta [*Gazeta...*] com outras subsequentes na bibliotheca publica da côrte, mettidas todas n’uma pasta, onde se conservam com a estimação que merecem. Esta gazeta está marcada no alto da primeira pagina com o numero 14, feito á mão, com tinta que mostra bastante antiguidade, e assim o estão as subsequentes com os numeros subsequentes com os numeros successivos, o que nos faz conjecturar que talvez as gazetas remontem ao anno de 1640, e que começassem logo depois da revolução, suppondo que n’alguns mezes se publicaram duas, como para o diante

Portanto, as célebres *Gazetas da Restauração* foram publicadas e reunidas num conjunto de títulos saídos irregularmente à estampa entre o mês de Novembro de 1641 até ao completo estiolar desencadeado no final do mês de Setembro de 1647. As referidas *Gazetas...* foram simultaneamente publicadas na cidade de Lisboa, primeiramente na Officina de Lourenço de Anvers e depois na de Officina de Domingos Lopez Rosa, e dotadas de privilégio real concedido a Manuel de Galhegos por Alvará de 14 de Novembro de 1641, e um dos autores desta publicação.⁽¹¹⁾

As *Gazetas...* compunham-se de um conjunto de folhas mensais, num formato in-quarto de 8 páginas, apresentando um teor e formato nitidamente noticioso e apresentando um cunho fortemente político e propagandístico. Mas, atendendo à sensibilidade literata e política da época, as *Gazetas...* até reuniram cabais provas de isenção e veracidade, pois que ainda hoje são consideradas fontes históricas de primeira importância para se avaliar e compreender as manifestações políticas, militares e sociais em toda a ambiência que envolveu o nosso país logo após a Restauração.⁽¹²⁾

Frequentemente é Frei Francisco Brandão apontado como um dos prováveis autores das célebres *Gazetas...*, pelo menos a partir da edição de Julho de 1645 em diante, além de serem apontados outros autores como o já referido poeta Manuel de Galhegos e João Franco Barreto, assim como o próprio monarca português vigente, D. João IV, segundo opiniões deficientemente fundamentadas, como já aqui se apontou. Mas será a peculiar e pouco conhecida figura história de Frei Francisco Brandão que interessará ao nosso estudo, desejoso de o ver

aconteceu. [...] Esta gazeta de Novembro de 1641 [...] tem rosto como qualquer livro, não o tendo as que seguem, o que juncto á falta das anteriores, poderia tambem fazer suspeitar que ellas começaram então. [...] O objectivo principal destas gazetas antigas era dar noticias da guerra com Castella; continham, além disso, as novidades occorridas nos paizes estrangeiros, as novas publicações litterarias de vulto, os obitos das pessoas notaveis, e variedades curiosas, tudo narrado com tal concisão e simplicidade, que seria de imitar pelos periodistas modernos. Quanto aos successos militares, vemos que já não é novo o costume dos periódicos, o exaggerar as perdas alheas e encobrir as proprias; data esta usança em Portugal do anno do Senhor de 1640 ou 1641.” Cf. HERCULANO, Alexandre – «Origem das gazetas em Portugal», in *O Panorama*, vol. II, 1.^a série, ft. 48, 31 Mar. 1838, pp. 101-102.

⁽¹¹⁾ Cft. MARTINS, Heitor – *Manuel de Galhegos*, Tipografia Cisal, Anadia, 1964.

⁽¹²⁾ “A *Gazeta* aparecia atafalhada de notícias preciosas para a história do seu tempo, no que, de resto, são elementos magníficos os jornais desde que dêem só notícias, e quanto mais completas e esmiuçadas forem melhor servirão os investigadores. Os critérios e comentários, às vezes, são prejudiciais, mas o crítico tem o seu encargo e o noticiarista absolutamente outro.” Cf. MARTINS, Rocha – *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1942, p. 19.

confirmado como um dos mais fortes propulsores da imprensa periódica portuguesa neste período.⁽¹³⁾

Estando-se em pleno movimento da Restauração, a primeira gazeta portuguesa esteve, no entanto, ainda submetida às regras da censura prévia estabelecidas na regência de Filipe II.⁽¹⁴⁾ Apesar desta lei datar de 1603 e ser dedicada à regulamentação da publicação de obras avulsas em Portugal, promulgada portanto ainda ao tempo da dominação filipina, pôde-se reportar, em termos de jurisprudência, a uma censura/vigilância especificamente direccionada para uma crescente proliferação de *folhas volantes* e outras *relações* que o regime restaurado por D. João IV irá fundamentar por largo tempo, pese o facto da Lei de 29 de Janeiro de 1643, de acordo com as quais “não se imprimiam livros sem licença D’el-rei.”

Terminada a vigência das *Gazetas...* em 1647 até ao ano de 1663, não existem registos seguros de que tenha existido qualquer outra actividade jornalística em Portugal, além de algumas folhas volantes

⁽¹³⁾ Como a autoridade de Inocêncio Francisco da Silva admite confirmar nas entradas «Fr. Francisco Brandão», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1859, pp. 360-361 e «Gazeta de Lisboa», in *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, Imprensa Nacional, Lisboa, 1859, pp. 137-141. Vejam-se outras doudas opiniões que afixam ter sido também Frei Francisco Brandão um dos autores das *Gazetas...: Portugal, Diccionario histórico...*, por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vol. II, João Romano Torres Editor, Lisboa, 1906, p. 479; «Introdução», por A. da Silva Rego, in *Quinta parte da Monarchia Lusitana, que contém a historia dos primeiros vinte e tres annos d’elrei D. Diniz*, de Frei Francisco Brandão, edição fac-similada, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1975, p. XIII; «Fr. Francisco Brandão», por António Banha de Andrade, in *Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura*, vol. III, Editorial Verbo, Lisboa, 1963, pp. 1793-1794 e «Gazeta», por Costa Júnior, in *ob. cit.*, vol. IX, pp. 272-273; «Fr. Francisco Brandão», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. V, Editorial Enciclopédia, Lisboa, [s. d.], p. 32; FIGUEIREDO, Fidelino – *Historia da Litteratura Classica. 2.ª Epocha: 1580-1756 (continuação) e 3.ª Epocha: 1756-1825*, «Bibliotheca de Estudos Históricos Nacionais – VIII», Portugália Editora, Lisboa, 1922, pp. 177-178; ou *Catálogo das Publicações em Série [1641-1833]*, organizado por Maria Helena Braga da Cruz e José Alberto Matos da Silva, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1985, p. 50.

⁽¹⁴⁾ “Por se evitarem os inconvenientes, que se podem seguir de se imprimirem em nossos Reinos e Senhorios, ou de se mandarem imprimir fóra delles Livros, ou obras feitas per nossos Vassallos, sem primeiro serem vistas e examinadas, mandamos, que nenhum morador nestes reinos imprima, nem mande imprimir nelles, nem fóra delles obra alguma, de qualquer materia que seja, sem primeiro ser vista e examinada pelos Dezembargadores do Paço, depois de ser vista e approvada pelos Officiaes do Santo Officio da Inquisição. E achando os ditos Dezembargadores do Paço, que a obra he util para se dever imprimir, e não o sendo, a negarão. E qualquer Impressor Livreiro, ou pessoa, que sem a dita licença imprimir, ou mandar imprimir algum Livro, ou obra, perderá todos os volumes, que se acharem impressos, e pagará cincoenta cruzados, ametade para os Captivos, e a outra para o accusador.” Consulte-se «Que se não imprimão Livros sem licença del Rey», in *Ordenações Filipinas [1603]*, Livro V, título CII, com nota de apresentação e Mário Júlio de Almeida Costa, 2.ª edição *fac-símile* de acordo com a edição feita por Cândido Mendes de Almeida [Rio de Janeiro, 1870], Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985, p. 1249.

impressas e manuscritas com as notícias da guerra da independência ou outras notícias de menor importância histórica.⁽¹⁵⁾

Não obstante o papel primordial das *Gazetas...*, o esboço embrionário da imprensa periódica portuguesa deve-se procurar um pouco mais atrás cronologicamente e dever-se-á apontar para a importância da publicação das *Relações...*, de Manuel Severim de Faria, em 1626.⁽¹⁶⁾ Apontado por diversos analistas como sendo, muito provavelmente, o primeiro “noticiário nacional”, a publicação *Relação universal do que succedeu em Portugal e mais provincias do Occidente e Oriente, desde o mez de Março de 625 até todo o Setembro de 626. Contém muitas particularidades e curiosidades* constitui-se como um conjunto precioso de relatos acerca dos sucessos bélicos portugueses compreendidos no período entre 1625 e 1627 e inventariadas por este autor que usou do nome, presumivelmente literário, de Francisco de Abreu.⁽¹⁷⁾

⁽¹⁵⁾ “ [As *Gazetas...*] Publicaram-se em seguida a esta [a de Novembro de 1641], Janeiro, Fevereiro, Março, Abril, Maio, Junho e Julho de 1642. Veiu depois em 19 de Agosto do referido anno a prohibição por haver nella falta de verdade e mau estylo, mas a prohibição não durou muito tempo, porque logo em Outubro appareceram duas em vez de uma, o mesmo em Novembro e Dezembro. Parece que houve novas interrupções, ou então faltam algumas na collecção da Bibliotheca Publica de Lisboa [actualmente a Biblioteca Nacional de Lisboa], porque as que ali se encontram são as de Março, Abril, Maio, Junho, Julho e Agosto de 1644, Janeiro, Junho, Julho, Agosto de 1645, Julho, Agosto, Setembro, Outubro e Novembro de 1646, Agosto e Setembro de 1647. A's *Gazetas* seguiram-se os *Mercurios*, o primeiro dos quaes appareceu em 1663.” Cf. «Gazeta», in Portugal, *Diccionario histórico...*, por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vol. III, João Romano Torres Editor, Lisboa, 1907, pp. 712-716. Para informações mais precisas acerca da inventariação das *Gazetas...*, veja-se o disposto em «Gazeta de Lisboa», in *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brazil*, vol. IX, Imprensa Nacional, Lisboa, 1870, pp. 418-420.

⁽¹⁶⁾ “A propensão noticiaria e articulista faz ainda de Severim de Faria um dos precursores da imprensa noticiosa em Portugal, com a publicação da sua *Relação universal do que succedeu em Portugal e nas mais províncias do Ocidente e Oriente*, dois números, que referem acontecimentos de 1625 a 1627. De 1641 até 1647 a iniciativa de Severim, entretanto imitada por dezenas de outras relações esparsas de assuntos mais ou menos amplos, veio a ser continuada com a edição mensal da *Gazeta em que se relatam as novas todas que houve neste Reino e que vieram de vários países*, de que o poeta Manuel de Galhegos foi, de início, concessionário.” Cf. LOPES, Óscar e SARAIVA, António José – «Prosa Doutrinal, Panfletária e Historial», in *História da Literatura Portuguesa*, cap. VII, 17.^a edição corrigida e actualizada, Porto Editora, 1996, p. 542. Veja-se, para uma maior elucidação acerca destas publicações, a obra de SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria (1604/9/25)*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1974.

⁽¹⁷⁾ “No entanto, a falta de periodicidade e continuidade das *Relações* de Severim de Faria, de que surgiram apenas duas e quando acontecimentos importantes o justificaram, leva-nos a afastá-las da categoria dos periódicos, pautados pela continuidade e periodicidade. [...] À semelhança de outros países europeus, dirigindo-se à população e já não ao público erudito ou religioso, também entre nós appareceu certo tipo de publicações como os almanaques, os reportórios, os calendários e os prognósticos, mas todas elas sem carácter de periodicidade e regularidade.” Cf. ROCHA, João L. de Moraes – *A Imprensa em Portugal*, «Colecção Essencial», Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1998, pp. 20-21.

À parte das discordâncias entre os vários especialistas acerca da origem da imprensa periódica portuguesa e, à semelhança de Frei Francisco Brandão, o nome de Manuel Severim de Faria encontra-se no rol dos primeiros literatos do reino que se dedicaram ao impulso da imprensa periódica portuguesa, sem descurarem a sua faceta historiográfica e formação erudita. Manuel Severim de Faria será um precursor dos autores das *Gazetas...*, e terá colaborado provavelmente na sua feitura. Não obstante, em 1655, Manuel Severim de Faria publicaria um opúsculo, durante muito tempo considerado como um periódico à semelhança das *Gazetas...*, mas que não deixa ainda de ser extremamente importante para o estudo das origens da imprensa portuguesa. Esta obra denominava-se *Noticias de Portugal, offerecidas a elrei nosso senhor D. João o IV. Declaram-se as grandes commodidades que tem para crescer em gente, industria, commercio, riquezas e forças militares por mar e terra. As origens de todos os appellidos e armas das familias nobres do reino. As moedas que correram n'esta provincia do tempo dos romanos até o presente. E se referem varios elogios de principes e varões illustres portuguezes.*⁽¹⁸⁾

Voltando a Frei Francisco Brandão e ainda seguramente sem pertencer aos primeiros autores que compuseram as *Gazetas...*, este irá contribuir com uma outra conhecida *relação* a favor do novo monarca português – *Discvrso gratvlatorio sobre o dia da felice restituição & acclamação da Magestade delRey D. Ioam IV. N. S. Dedicado á mesma Magestade...* [1642], em formato in-quarto de 8 páginas, num total de 179 páginas –, e logo começa a ser considerado ou apontado como o autor anónimo de muitas outras *relações* redigidas e distribuídas à altura.⁽¹⁹⁾ A última relação aparentemente redigida por si terá sido, com alguma segurança e a julgar pelos apontamentos bibliográficos disponíveis, a *Relação do assassínio intentado por Castella contra a Magestade D'el-rei D. João IV, impedido miraculosamente*, impresso por Paulo Craesbeeck, em Lisboa [1647], também em versão in-quarto de 8 folhas não numeradas.

⁽¹⁸⁾ Veja-se, a este respeito, a análise desta obra na sua vertente jornalística e historiográfica em FARIA, Manuel Severim de – *Notícias de Portugal...*, introdução, actualização e notas de Francisco A. Lourenço Vaz, Edições Colibri/Escola Secundária Manuel Severim de Faria, Lisboa/Évora, 2003, p. XXIV. Tenha-se em consideração que será também Frei Francisco Brandão que irá licenciar, enquanto Censor Régio, a referida obra de Manuel Severim de Faria: “Li estas *Noticias de Portugal*, não achei matéria em que possa reparar, porque além do útil político, tudo se encaminha à maior extensão da Fé, que neste nosso Reino se professa. Em Nossa Senhora do Desterro 18 de Dezembro de 1653.” Vide «Licenças, na obra supracitada.

⁽¹⁹⁾ Cf. «Relações», in *Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brazil continuados e ampliados por Brito Aranha*, vol. XVIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1906, p. 188.

Todas estas publicações, consideradas quase unanimemente como os primeiros espécimes de periódicos a serem publicados em Portugal, são-no devido ao facto de serem as primeiras tentativas periódicas a respeitarem satisfatoriamente duas condições fundamentais do periodismo moderno: a periodicidade e a continuidade/encadeamento. Mas porquê o interesse pela figura singular de Frei Francisco Brandão em todo este contexto?

§ II – O Indivíduo e a sua Formação

Existem autores, variavelmente pouco conhecidos ou não, que por mais completos estudos biográficos e históricos que se procurem processar sobre a sua pessoa ou o conjunto da sua obra, sempre subsistem dúvidas que só *a posteriori* poderão, ou não, serem esclarecidas pela investigação histórica comparativa. Frei Francisco Brandão é um desses ilustres autores que se poderá incluir nesta acepção, pelo que tentar-se-á aqui novamente discorrer e comparar os dados disponíveis em torno da sua vida e importante obra histórica e periodista. Frei Francisco Brandão teve um certo destaque na historiografia e na bibliografia portuguesas de claro pendor classicista, ainda que a sua figura e a sua obra permaneça tenuemente recolhida no esquecimento da generalidade dos analistas que se dedicam à confluência entre os estudos históricos e os estudos periódísticos, pelas mais díspares razões. Procuraremos, pois, inverter esta lacónica premissa.

Atente-se a uma breve e brilhante biografia. Frei Francisco Brandão é mormente conhecido por ter sido um dos maiores historiadores portugueses do século XVII e um dos homens mais letrados do seu tempo. Nascido em Alcobaça a 11 de Novembro de 1601, era filho de Gaspar Salvado e de Ana Brandão, irmã de Frei António Brandão. Concluiu a instrução das primeiras Letras na mesma cidade, e ainda antes de concluir os primeiros dez anos de vida, completou a primeira educação em Santarém, à responsabilidade de um tio cónego. E, embora este familiar não se encontre devidamente identificado nas fontes históricas que consultamos, irá ser um outro tio, esse sim sobejamente conhecido, Frei António Brandão, que o

levará para o Mosteiro de Alcobaça e reconhecerá primeiramente a sua precoce inteligência e natural vocação para a História e, quem o sabe?, para um papel cimeiro na fundação da imprensa periódica portuguesa.⁽²⁰⁾

O íntimo contacto com os monges cistercienses leva-o a abraçar as Letras e a defesa da Religião em profundidade, recebendo o hábito monacal a 25 de Agosto de 1618 e adoptando o nome de Frei Francisco das Chagas e confirma a sua profissão solene a 29 de Agosto de 1619, agora com a adopção do nome de Frei Francisco de Santa Ana. Abandona os nomes eclesiásticos e adopta novamente o nome do seu baptismo quando parte para estudar em Coimbra, onde conclui o seu doutoramento em Teologia, com distinção, a 13 de Abril de 1636. Apesar de naturalmente inclinado para a Teologia e para a Filosofia, será nos domínios da História e da Literatura que o seu talento se fará notar, no feliz seguimento de uma distinta tradição familiar apontada há muito por diversos autores bibliográficos portugueses.⁽²¹⁾

Desde cedo a sua figura e singular inteligência se fizeram notar pelas mais altas instâncias do Reino, pelo que acumulou vários cargos públicos de relevo ao longo de toda a sua vida. Primeiramente foi Cronista da Ordem de Cister em 1637 e Censor Régio após a Restauração de 1640. Tão bem deve ter desempenhado este importante cargo que, em breve, seria convidado pela Coroa a ser Examinador das Três Ordens Militares portuguesas, a 28 de Fevereiro de 1641 e, logo após, seria ordenado Qualificador do Santo Ofício, e em que teria a seu cargo, entre outras incumbências, a função de presidir à censura e aprovação de publicação das obras impressas em Portugal, após 27 de Agosto de 1642. A tudo isto seguiu-se ainda a nomeação

⁽²⁰⁾ Como o próprio o confirma, Frei Francisco Brandão desde cedo teve um papel de apoio incondicional nos projectos historiográficos de seu tio: “O Padre Fr. Francisco Brandão meu Sobrinho, & de minha ordem Leitor de Theologia no Colegio de S. Bernardo em Coimbra de cujo talento para todas as boas letras he bem que não fale por não parecer suspeito [...]” Cf. «Prologo», in *Monarquia Lusitana*, por Frei António Brandão, Parte Terceira, introdução de A. da Silva Rego, notas de A. A. Banha de Andrade... [et al.], Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1973. Edição fac-similada.

⁽²¹⁾ Veja-se, a este respeito, o que já Diogo Barbosa do Machado apontava nesse sentido: “Para não degenerar do genio de seu Tio Fr. Antonio Brandaõ o imitou igualmente nas sciencias severas, como amenas applicando-se desde os primeiros annos ao estudo da Historia principalmente do nosso Reyno em que foy taõ Versado que mereceo substituir a seu Tio no lugar de Chronista mór [...] cuja dificultosa incumbencia dezempenhou com igual fama do seu nome, que immortal brazaõ desta Monarchia assim na indefessa investigaçã como no prudente juizo com que discernio o falso do verdadeiro servindo-lhe de bases fundamentaes para o edificio, que levantava, os monumentos irrefragaveis que extrahia dos Archivos, e Cartorios das Cathedraes, e Conventos deste Reyno.” Cft. «Fr. Francisco Brandam», por MACHADO, Diogo Barbosa de – *Biblioteca Lusitana*, vol. II, Officina de Ignacio Rodrigues, Lisboa, 1747, pp. 122-24 e outra entrada suplementar, na mesma obra, ao vol. IV, Officina Patriarchal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1759, p. 128.

para o cargo de Esmoler-mor do Reino, alto cargo eclesiástico que estava encarregue da gestão das esmolas, doações e dos dízimos nacionais à Igreja.⁽²²⁾

Quanto às suas qualidades literatas, estas seriam bem evidenciadas aquando da sua escolha para Cronista-mor do Reino a 19 de Janeiro de 1649, cargo que ocuparia por nomeação de D. João IV, a morte de seu tio, Frei António Brandão, antigo Cronista-mor, falecido a 9 de Janeiro de 1644.⁽²³⁾ Assim sendo, não será de estranhar que, por duas vezes, em 1667 e em 1674, tenha sido o Abade Geral da Ordem de Cister com assento na Casa-Mãe de Alcobaça e até Escudeiro-mor do Reino em 1669, entre outros cargos e honrarias igualmente importantes e de destaque na vida social e política do Reino. No entanto, reterá o cargo de Cronista-mor até à data da sua morte ocorrida a 28 de Abril de 1680 no Convento de Nossa Senhora do Desterro, em Lisboa.

Na sua vasta bibliografia, baseada fundamentalmente num exercício dos seus evidentes dotes literários ao invés de um maior rigor histórico exigível a um tão elevado cargo, Frei Francisco Brandão tomou a seu cargo a escrita de numerosas obras sobre acontecimentos e personalidades peculiares da História de Portugal, com especial destaque para a Idade Média portuguesa. Atente-se, pois, a um sucinto apontamento descritivo das suas principais obras, dispostas por ordem cronológica e, pondo de lado as referências periodistas, que abordamos no item anterior: *Discurso Gratulatorio sobre o dia da felice restituição e aclamação da magestade d'elrei D. João IV nosso senhor*, impresso por Lourenço d'Anvers, Lisboa, [1642?]; *Conselho e voto da senhora D. Filippa, filha do infante D. Pedro, sobre as terçarias e guerras de Castella. Com uma breve noticia desta princeza. Dirigido a elrei João IV nosso senhor*, impresso por Lourenço d'Anvers, Lisboa, [1643]; *Oração funebre nas exequias do serenissimo infante D. Duarte, recitada no real convento de Sancta Maria d'Alcobaça, em 19 de Dezembro de 1649*, Officina Craesbecckiana, Lisboa, [1650].⁽²⁴⁾

⁽²²⁾ Cf. *Antologia da Historiografia Portuguesa. I – das origens a Herculano*, organização, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques, 2.^a edição, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1974, pp. 188-192.

⁽²³⁾ Confira o disposto no Arquivo Nacional/Torre do Tombo – *Chancelaria de D. João IV*, Livro 16, fólio 155.

⁽²⁴⁾ Atente-se ao autor de umas das mais ferozes críticas às aptidões historiográficas e literatas de Frei Francisco Brandão, especialmente no que concerne a estas obras supracitadas: “Estas obras revelam uma mentalidade totalmente adversa à profissão de historiador e dominada pela mais imaginosa credulidade a par de propósitos de lisonja [a D. João IV].” Cf. FIGUEIREDO, Fidelino – *ob. cit.*, pp. 177-178.

Aproveitamos para informar os nossos leitores que a *Monarchia Lusitana*, talvez o alicerce mais sólido das modernas «Histórias de Portugal», foi um projecto historiográfico que, não obstante as críticas mais acérrimas, é uma obra conjunta de incontornável referência no domínio da nossa historiografia e literatura.⁽²⁵⁾ Em Alcobaça, emergiu, ainda ao tempo da ocupação filipina, um enorme sentimento autonomista dimensionado por uma historiografia transpirante de orgulho e consciência nacional, dominada pelos valores das antigas glórias do reino. Um exemplo magistral deste sentimento foi a monumental *Monarchia Lusitana* [1597-1727], obra disposta em oito partes, iniciada por Frei Bernardo de Brito [1569-1617] e continuada por Frei António Brandão [1584-1637], Frei Francisco Brandão [1601-1680], Frei Rafael de Jesus [1623-1693] e, já no século XVIII, por Frei Manuel dos Santos [1672-1740], tornando-se na primeira obra verdadeiramente documental *discorrendo* sobre toda a História de Portugal.

Coube a Frei Francisco Brandão a feitura, no âmbito deste projecto, da *Quinta parte da Monarchia Lusitana, que contém a historia dos primeiros vinte e tres annos d'elrei D. Diniz*, primeiramente impressa por Paulo Craesbeeck, em Lisboa [1650] e da *Sexta parte da Monarchia Lusitana, que contém a historia dos ultimos vinte e tres annos d'elrei D. Diniz*, primeiramente impressa por João da Costa, em Lisboa [1672]. Estas duas partes da *Monarchia Lusitana* serão, sem dúvida, as obras históricas graças às quais ainda hoje será recordado.

Outro dado altamente peremptório em relação aos dotes historiográficos de Frei Francisco Brandão e que todos os que se dedicaram a comentar a sua vida e obra destacam é o facto de este autor permanecer sempre na sombra do seu famoso tio, Frei António Brandão. A nosso ver, esta comparação algo deficitária em torno das aptidões literárias de Frei Francisco Brandão em relação a seu tio, Frei António Brandão, deverão ser tidas em conta apenas para o campo historiográfico, embora tais opiniões sejam sectoriais e não unânimes.⁽²⁶⁾

⁽²⁵⁾ Vd. «As primeiras <Histórias de Portugal>, as revistas de História e os Dicionários», por José Maria Amado Mendes, in *História da História em Portugal (séculos XIX-XX). A História através da História*, com autoria de Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, vol. I, Temas & Debates, Lisboa, 1998, p. 237.

⁽²⁶⁾ Diogo Barbosa de Machado já o havia enunciado em meados do século XVIII e, nos princípios do século XIX, Frei Fortunato de São Boaventura o confirmará, tal como Inocêncio Francisco da Silva: “Digno successor e continuador de seu tio, houve-se com igual diligencia, e procurou como elle apurar a verdade. No estylo e linguagem d'esta, e das mais obras que compoz, soube preservar-se dos vicios que já no seu tempo inficionavam o gosto commum da epocha, escrevendo com pureza, correcção e naturalidade.” Cft. «Memoria do que se pode accrescentar ao que corre impresso na *Bibliotheca Lusitana* sobre a vida e escriptos do Chronista Mor Fr. Francisco

§ III – As similitudes entre um cronista régio e um periodista moderno

O que surpreende à nossa análise historiográfica, ainda que levemente superficial, é o facto indiscutível de Frei Francisco Brandão ter sido um pensador que conseguiu perceber a importância pela divulgação de um universo noticioso emergente em Portugal, sem nunca ter deixado de fazer salientar as suas raízes no campo da historiografia portuguesa. Ou seja, sendo um historiador de formação puramente eclesiástica e dedicado ao estudo da História medieval portuguesa teve um papel de destaque, ainda que algo desconhecido, no arranque e no impulso da imprensa periódica portuguesa, logo após a difícil conjectura portuguesa após a Restauração de 1640. Ou seja, de uma forma muito particular, o melhor da tradição historiográfica portuguesa de então mesclou-se com o emergente «jornalismo», no digno representante das duas áreas do Saber que Frei Francisco Brandão soube ser.

Frei Francisco Brandão não pode ser, de modo algum, considerado como um representante do «jornalismo» moderno ou, muito menos, no sentido actual desse conceito, mas pode, com certeza, ser associado ao nascimento do periodismo português.⁽²⁷⁾

Brandão», por Frei Fortunato de São Boaventura, in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciências de Lisboa*, tomo X, Parte Primeira, Lisboa, 1824, pp. 16-46 e SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1859, pp. 360-361. Já no século XIX, Alfredo Pimenta e, mais tarde, Joaquim Veríssimo Serrão, irão sustentar uma crítica mais dura às aptidões historiográficas do autor em questão, postulados que ainda se mantêm com autoridade no que se refere a este cronista em especial. Se não, veja-se o que Alfredo Pimenta sustentou: “O autor da *Terceira e Quarta Parte da Monarchia Lusitana*, deixou, [...] fartíssimo cabedal informativo, para que se continuasse a sua obra. Não foi, porém, suficientemente aproveitado, nem pelo seu sobrinho, seu sucessor imediato [...]. De modo que posso dizer que a única verdadeira glória de Frei Francisco Brandão foi a de ter sucedido ao tio, na continuação da *Monarchia Lusitana*.”

Quanto a Joaquim Veríssimo Serrão, afirma peremptoriamente que: “Os críticos são unânimes em considerar Frei Francisco como um historiador menor. Decerto haverá tendência para o pôr em confronto com o antecessor, que foi o maior cronista da Escola [de Alcobaça]; a comparação tem forçosamente de ser desfavorável a Frei Francisco. Este segue, no entanto, as pisadas do tio no que respeita ao fundo documental e à busca da verdade histórica.” Cft. «Fr. Francisco Brandão», in *Os Historiôgrafos de Alcobaça*, com introdução, organização e notas de Alfredo Pimenta, colecção «Clássicos Portugueses», Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943, pp. 18-19 e SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Editorial Verbo, Lisboa, 1962, pp. 179-181.

⁽²⁷⁾ A denominação «jornalista» varia do termo francês «journaliste», surgida em França na segunda metade do século XVII, ao tempo da nossa Restauração. Conotada primeiramente com um forte sentido pejorativo e, desde logo, associada aos autores de periódicos literários. Segundo indicação de André Belo, consulte-se uma obra de referência consultada à época pelo conjunto dos nossos letrados, ou seja, o *Vocabulário Portuguez e Latino*, [...], auctorizado com exemplos dos

Sabe-se, de antemão, o interesse manifesto, ou, quiçá, posteriormente atribuído pela investigação historiográfica, em relação ao seu fomento individual à imprensa periódica portuguesa. Poderá ser uma premissa discutível, é certo, até porque os artigos insertos nas *Gazetas...* não nos surgiram assinados. Mas o que importa reter é que, pelo menos a julgar pelas *Relações* que escreveu [mesmo exceptuando-se todas aquelas em que, supostamente ou possivelmente, terá redigido], pelos apoios e aprovação concedidos a Manuel Severim de Faria, seu amigo e autor de várias *Relações* e do célebre *Notícias de Portugal...*, o facto de ter sido um autor panegírico para com a causa do monarca da Restauração, o amor às Letras e à História, a consciência de estar a viver uma época de charneira na História de Portugal e, em última instância, as hipóteses de vários historiadores que ao longo dos tempos apontaram o seu nome como parte na redacção das primeiras *Gazetas...*, fazem com que o nome de Frei Francisco Brandão permaneça indissociável a tão marcante nascimento da imprensa periódica portuguesa.

melhores escriptores portuguezes e latinos, e offerecido a el-rey de Portugal D. João V, da autoria de D. Rafael Bluteau e publicado pelo Colégio das Artes da Companhia de Jesus, de Coimbra [1712-1721] e veja-se que o termo «jornalista» ainda não surge na nossa língua nessa época, embora surja o termo «jornal», ainda que com outro sentido. Cf. BELO, André – *As Gazetas e os Livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001, p. 41.

Bibliografia

«Introdução», por A. da Silva Rego, in *Quinta parte da Monarchia Lusitana, que contém a historia dos primeiros vinte e tres annos d'elrei D. Diniz*, de Frei Francisco Brandão, edição fac-similada, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1975.

«Memoria do que se pode accrescentar ao que corre impresso na *Bibliotheca Lusitana* sobre a vida e escriptos do Chronista Mor Fr. Francisco Brandão», por Frei Fortunato de São Boaventura, in *Historia e Memorias da Academia Real das Sciências de Lisboa*, tomo X, Parte Primeira, Lisboa, 1824.

ALVES, Luís – «Inventário da Legislação sobre Imprensa [1576-1841]», in *Subsídios para a História da Imprensa em Portugal*, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1983.

Antologia da Historiografia Portuguesa. I – das origens a Herculano, organização, prefácio e notas de A. H. de Oliveira Marques, 2.^a edição, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1974.

Arquivo Nacional/Torre do Tombo – *Chancelaria de D. João IV*, Livro 16, fólio 155.

BELO, André – *As Gazetas e os Livros: a Gazeta de Lisboa e a vulgarização do impresso (1715-1760)*, Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.

Catálogo das Publicações em Série [1641-1833], organizado por Maria Helena Braga da Cruz e José Alberto Matos da Silva, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1985.

CUNHA, Alfredo da – *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa [1641-1821]*, Academia das Ciências, Lisboa, 1941.

Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brazil, vols. II, III e IX, Imprensa Nacional, Lisboa, 1859 e 1870.

Diccionario Bibliographico Portuguez. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brazil continuados e ampliados por Brito Aranha, vol. XVIII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1906.

Diccionario histórico, chorographico, heraldico, biographico, bibliographico, numismatico e artistico: Portugal: abrangendo a minuciosa descripção... de todos os factos notaveis da história portugueza, obra illustrada com centenas de photogravuras e redigida segundo os trabalhos dos mais notaveis escriptores por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, vols. II-III, João Romano Torres Editor, Lisboa, 1906 e 1907.

Dicionário de História de Portugal, dirigido por Joel Serrão, vol. II, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1965.

Dicionário Ilustrado da História de Portugal, vol. I, Publicações Alfa, Lisboa, 1980.

Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura, vols. III e IX, Editorial Verbo, Lisboa, 1963.

FARIA, Manuel Severim de – *Notícias de Portugal...*, introdução, actualização e notas de Francisco A. Lourenço Vaz, Edições Colibri/Escola Secundária Manuel Severim de Faria, Lisboa/Évora, 2003.

FIGUEIREDO, Fidelino – *Historia da Litteratura Classica. 2.ª Epocha: 1580-1756 (continuação) e 3.ª Epocha: 1756-1825*, «Bibliotheca de Estudos Históricos Nacionaes – VIII», Portugália Editora, Lisboa, 1922.

Gazeta... [BN F. 1966 microfilme].

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. V, Editorial Enciclopédia, Lisboa/Rio de Janeiro, [s. d.].

HERCULANO, Alexandre – «Origem das gazetas em Portugal», in *O Panorama*, vol. II, 1.ª série, ft. 48, 31 Mar. 1838, pp. 101-102.

História da História em Portugal (séculos XIX-XIX). A História através da História, com autoria de Luís Reis Torgal, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga, vol. I, Temas & Debates, Lisboa, 1998.

LOPES, Óscar e SARAIVA, António José – «Prosa Doutrinal, Panfletária e Historial», in *História da Literatura Portuguesa*, cap. VII, 17.ª edição corrigida e actualizada, Porto Editora, 1996.

MACHADO, Diogo Barbosa de – *Biblioteca Lusitana*, vol. II, Officina de Ignacio Rodrigues, Lisboa, 1747, pp. 122-24 e outra entrada suplementar, na mesma obra, ao vol. IV, Officina Patriarchal de Francisco Luiz Ameno, Lisboa, 1759.

MARTINS, Heitor – *Manuel de Galhegos*, Tipografia Cisial, Anadia, 1964.

MARTINS, Rocha – *Pequena História da Imprensa Portuguesa*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1942.

Memória de Portugal. O Milénio Português, sob a direcção de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, 1.ª edição, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, Lisboa, 2001.

Monarquia Lusitana, por Frei António Brandão, Parte Terceira, introdução de A. da Silva Rego, notas de A. A. Banha de Andrade... [et al.], Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Lisboa, 1973. Edição fac-similada.

Ordenações Filipinas [1603], Livro V, título CII, com nota de apresentação e Mário Júlio de Almeida Costa, 2.ª edição *fac-símile* de acordo com a edição feita por Cândido Mendes de Almeida [Rio de Janeiro, 1870], Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1985.

Os Historiôgrafos de Alcobaça, com introdução, organização e notas de Alfredo Pimenta, colecção «Clássicos Portugueses», Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943.

ROCHA, João L. de Moraes – *A Imprensa em Portugal*, «Colecção Essencial», Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1998.

SELVAGEM, Carlos [pseudónimo de Carlos Tavares Afonso dos Santos] – *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*, primeiramente impressa em 1926, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História Breve da Historiografia Portuguesa*, Editorial Verbo, Lisboa, 1962.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *História de Portugal. A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, vol. V, Editorial Verbo, Lisboa, 1980.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Viagens em Portugal de Manuel Severim de Faria (1604/9/25)*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1974.

TENGARRINHA, José – *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, 2.^a edição revista e aumentada, Editorial Caminho, Lisboa, 1989.

Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymio, Hierologico, Ichthyologico, Indico, Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Orchographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quiddidativo, Qualitativo, Quantitativo, Rhetorico, Rustico, Romano, Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Terapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, auctorizado com exemplos dos melhores escriptores portuguezes e latinos, e offerecido a el-rey de Portugal D. João V, da autoria de D. Rafael Bluteau e publicado pelo Colégio das Artes da Companhia de Jesus, de Coimbra, 1712-1721.